

13
2013

R

evista de História da Sociedade e da Cultura



Centro de História da Sociedade e da Cultura
Universidade de Coimbra

Coimbra

Recensões

CHASTANG, Pierre – *La ville, le gouvernement et l’écrit à Montpellier (XII^e-XIV^e siècles). Essai d’histoire sociale. Paris: Publications de la Sorbonne, 2013.*

A mais recente monografia do medievalista francês Pierre Chastang, intitulada *La ville, le gouvernement et l’écrit à Montpellier (XII^e-XIV^e siècles). Essai d’histoire sociale*, apresenta-se como um estudo de caso sobre a dimensão escritural de uma das mais importantes cidades do Sul de França, Montpellier, entre os anos de 1180 e 1350. O autor propõe uma análise das práticas de produção e de conservação documentais, reflectindo sobre as dinâmicas sociais geradas pelo uso pragmático da escrita, no âmbito da governação da cidade. O período cronológico escolhido corresponde, *grosso modo*, à vigência de um regime político em Montpellier, que atribuía à comunidade, entendida como *universitas*, um forte poder de decisão na administração dos destinos da cidade, encontrando na dimensão escrita um meio para o exercício do poder. Como afirma o autor, “L’*universitas* urbaine, source du droit, est en même temps l’horizon du gouvernement des consuls, et l’écrit devient l’outil d’une nécessaire publicité des choix et des décisions qui seule garanti la légitimité de l’action des gouvernants. » (p. 48).

Pierre Chastang encontra, neste contexto político e social, uma cultura escrita urbana partilhada, cujos contornos e dinâmicas se propõe analisar, num total de 478 páginas, em três partes fundamentais em que a obra se divide.

Na primeira parte, denominada “Écrits et scripteurs”, o autor procura traçar e interpretar a paisagem documental do arquivo de Montpellier, identificando os vários fundos documentais e suas formas de preservação, e ainda os instrumentos de descrição disponíveis, designadamente os dois inventários mais antigos. Ainda nesta primeira parte, o autor aborda a função desempenhada pelos notários da cidade como promotores de práticas de escrita, que, servindo o sistema político vigente – o poder consular –, estavam simultaneamente ao dispor da comunidade, a *universitas*.

Na segunda parte, denominada “Une histoire scripturale du gouvernement consulaire montpelliérain”, o autor analisa as tipologias e as funções dos objectos escritos produzidos pelos escrivães e notários, em correlação com a evolução política do governo da cidade, identificando dois momentos distintos. Em torno de 1250 e 1260, a bem conhecida prática de produção e redacção de cartulários deu lugar ao registo de documentos *in extensum* ou por ementas, em livros de registo, de formato mais pequeno que os anteriores códices, onde se privilegiava a língua vulgar. Concebidos como espaços de utilização pragmática da escrita, quer pelo governo, quer pela *universitas*, estes livros permitiam o exercício de identidades e de autonomia de toda a comunidade. Num segundo momento, entre 1340 e 1370, num contexto de consolidação do Estado monárquico em França, verifica-se uma crescente apropriação, pelo governo da cidade, e pelo rei, das práticas de escrita e dos seus agentes, dando origem a uma recomposição dos equilíbrios estabelecidos entre a *universitas*, o poder local e o poder central.

Na terceira e última parte da obra, sob o título “L’écrit, outil du gouvernement urbain”, o autor reflecte sobre o impacto social e político da utilização, pelo governo da cidade, de quatro tipos de documentos que, pela sua natureza específica, geram novas formas de racionalidade, promotoras de uma cultura burocrática cada vez mais consolidada. Os documentos em análise são aqueles que põem por escrito as práticas de listar, inquirir, avaliar e comunicar.

A obra em apreço é, ainda, constituída por um capítulo inicial, denominado “Les enjeux d’une monographie”, de apresentação do objecto e dos objectivos deste trabalho, bem como do contexto historiográfico em que se insere. Em posição final, esta obra apresenta uma bibliografia bastante extensa, maioritariamente composta por obras francesas e italianas,

um índice remissivo antroponímico e toponímico, e um índice geral. As ilustrações e a maior parte dos gráficos e quadros interpretativos, espalhados pela obra, encontram-se indicadas em índice próprio.

Alicerçado no amplo quadro conceptual e metodológico de historiadores como Jacques Le Goff, Michael Clanchy, Hagen Keller, Paolo Cammarosano e Armando Petrucci, e outros que se constituíram como seus discípulos, Pierre Chastang desenvolve, para a cidade de Montpellier, um exercício interpretativo das fontes disponíveis, já bem conhecido e testado para outras cidades, designadamente para o caso das cidades comunais italianas. Esse exercício consiste em reflectir sobre a relação de interdependência estabelecida entre práticas documentais e lógicas de poder, numa instância de emanação de uma *autoritas*, como a instância municipal, procurando evidenciar, num período cronológico determinado, as oscilações de equilíbrio que ocorrem a cada mudança de estratégia, quer no âmbito da cultura escrita, quer no âmbito do poder político. Neste sentido, a obra de Pierre Chastang não introduz uma novidade conceptual, neste já bem montado esquema hermenêutico, antes corrobora a pertinência historiográfica desta abordagem. Contudo, pensamos que *La ville, le gouvernement et l'écrit à Montpellier (XII^e-XIV^e siècles). Essai d'histoire sociale* evidencia três motivos essenciais de interesse.

O primeiro motivo é, obviamente, o facto de fornecer aos estudos sobre práticas de escrita urbana, o estudo de caso de Montpellier, uma cidade, a este título, quase desconhecida. Para além da caracterização das específicas práticas de escrita nesta cidade, e da divulgação do seu rico e bem preservado património documental, esta obra permite, a partir de agora, uma dimensão comparativa com outras cidades, em contextos políticos semelhantes.

O segundo motivo de interesse reside na consagração de Pierre Chastang como historiador de documentos. Com efeito, o autor evidencia nesta obra as suas exímias capacidades heurísticas no estudo dos mais diversos tipos documentais produzidos e conservados pela administração da cidade. Sobretudo na terceira parte da obra, o autor debruça-se sobre as fontes disponíveis, convocando conhecimentos históricos, linguísticos, codicológicos, paleográficos e diplomatísticos, entre outros. No esforço analítico destas fontes, Pierre Chastang encontra um espaço de reprodução de uma utensilagem, simultaneamente teórica e prática, de que já havia dado provas

em outras obras, como a sua tese de doutoramento, precisamente na análise de cartulários provenientes do Languedoc (*Lire, écrire, transcrire. Le travail des rédacteurs de cartulaires en Bas-Languedoc (XI^e-XIII^e siècles*. Paris, C.T.H.S., 2001), ou em artigos mais recentes, onde teoriza acerca da análise de textos medievais e da função do historiador, defendendo a necessidade de se privilegiar a historicidade dos documentos (como exemplo, em “L’archéologie du texte médiéval”, *Bulletin du centre d’études médiévales d’Auxerre*, hors série n° 2, 2008). A exemplaridade do seu trabalho analítico faz com que esta obra se torne incontornável no âmbito dos estudos de práticas de escrita em meio urbano, no período medieval.

O terceiro motivo de interesse encontra-se no subtítulo da obra, *Essai d’histoire sociale*. Em páginas iniciais, o autor declara que o grande objectivo deste trabalho é “d’examiner les implications sociales du développement d’un système de gouvernement par l’écrit” (p. 40). Diríamos que se trata de reflectir sobre o impacto social de uma inovação intelectual ou cultural, sendo que, neste contexto, parece-nos que as dimensões “social” e “cultural” são interdependentes e comunicantes. No entanto, o autor traz para o frontispício da obra uma deliberada e consciente afirmação da história social, de algum modo, em ruptura com a maior parte das obras de referência que utiliza, de origem italiana, francesa, inglesa ou alemã, nas quais o termo “social” não encontra tal protagonismo, preferindo-se antes o uso da expressão “história cultural” de significado abrangente. Pensamos que o facto de não ter introduzido o termo “cultural”, e antes ter optado pelo termo “social”, poderá ter um significado historiográfico de maior alcance. Estará Pierre Chastang a posicionar-se na difícil relação entre o termo “cultural” e o termo “social”, gerada pelas transformações historiográficas trazidas pela muito abrangente *New Cultural History*, da segunda metade do século XX, em que, por exemplo, o filão da História Cultural da Sociedade se parece ter sobreposto à História Social da Cultura? Peter Burke, na sua obra, *What is Cultural History?*, punha como potencial consequência da aparente apropriação pela história cultural de domínios não antes por si considerados, precisamente a “vingança/retorno da história social”.

Não nos parece que Pierre Chastang se encontre envolvido neste debate, de modo directo, mas o que é facto é que estão ausentes da bibliografia desta obra trabalhos fundamentais sobre práticas de escrita e de representação

simbólica pela escrita, levados a cabo por um grupo de historiadores oriundos da Europa Central, assumidamente adeptos da Nova História Cultural, que têm em Marco Mostert um dos seus maiores especialistas. Não se podendo tratar de uma lacuna de conhecimento, resta-nos presumir que se trata de uma opção do autor. Nesse sentido, parece-nos sair reforçada a ideia de que Pierre Chastang tenta demarcar-se de alguns trabalhos sobre práticas de escrita urbanas, abrindo uma perspectiva renovada de procurar relançar uma história social das cidades, em bases diferenciadas. Contudo, pensamos que em *La ville, le gouvernement et l'écrit à Montpellier (XII^e-XIV^e siècles). Essai d'histoire sociale* se evidencia apenas um primeiro fôlego dessa intenção, um ensaio, como o diz, sem ainda qualquer tipo de consolidação.

Filipa Roldão

filiparoldao@hotmail.com

***Pedro e Inês – O futuro do passado – Congresso Internacional
– Coordenação Científica de Maria Helena da Cruz Coelho,
ed. Associação de Amigos de D. Pedro e D. Inês, Coimbra, 2013,
3 vols., 259+213+262 págs.***

Com o Alto Patrocínio de Sua Excelência o Presidente da República Portuguesa, o Congresso em epígrafe realizou-se, entre os dias 28 e 31 de Março, de 2012, em Coimbra, em Montemor-o-Velho e, a encerrar, em Alcobaça. Um número significativo de instituições, culturais ou científicas, e autarquias, uniram-se para a comemoração dos 650 anos da trasladação de Inês de Castro do Convento de Santa Clara para o Mosteiro de Alcobaça. Sob a coordenação científica de Maria Helena da Cruz Coelho, acompanhada de perto por uma Comissão de que fizeram parte Bernardo Vasconcelos e Sousa, Jorge Pereira de Sampaio (também Programador-Geral das Comemorações), José Carlos Seabra Pereira e a signatária desta recensão, foi criteriosamente construído um Simpósio internacional cuja envergadura a edição em apreço retrata de forma consistente. Com efeito, foi possível reunir mais de quatro dezenas de estudiosos da temática, portugueses (o maior número), brasileiros e espanhóis, entre eles referências da Litera-